

Ocasionalmente, na sua indignação cede lugar à paixão, e então implora: "Français, français, aidez-moi". A multidão responde: "Oui, oui!", como se procurasse conforto. Geralmente os seus discursos terminam com a mesma nota, que é o seu toque de reunir: "Vive la République, vive la France". É a multidão que responde: "Vive De Gaulle, vive De Gaulle". Todos cantam em uníssono: "De Gaulle — Au-pouvoir!" (De Gaulle ao poder), em evidência ritmada. Os outros altos falantes, a voz do general anuncia que ele encerrará o comício com a "Marseillaise". Todos se alçam em posição de sentinela e cantam o famoso hino, acompanhando De Gaulle. Os discursos não duram mais de 15 ou 20 minutos.

ano, 1 anos de vida.

to ocasional, que não teria, ainda, repetição. No entanto, 5 anos de

MOVIMENTO SINDICAL

Inaugurado ontem o Curso de Vendedores-Viajantes
50 mil aulas por correspondência, gratuitamente — 2 milhões de impressos e 320 mil cruzeiros de despesas

Foi inaugurado ontem, na Capital, o Curso de Vendedores-Viajantes do SENAC, Instituto em cooperação com a AUCESP e que será todo desenvolvido por correspondência.

Inaugurando o curso, falou o sr. Osvaldo Arruda Camargo, diretor-secretário-geral da Associação Brasileira de Viajantes e Representantes Comerciais, destacando a seguir o sr. Oscar Machado, pelo SENAC, e o aluno J. Guarani Climaco de Sousa, em nome dos 350 inscritos.

GRANDE INTERESSE ENTÃO OS VIAJANTES

Todos os esforços até agora desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial para a melhoria dos conhecimentos dos profissionais do comércio ou dos candidatos à carreira, na parte relativa aos viajantes do comércio e da indústria, já em atividade comercial, esbarra com uma série de dificuldades, que é a função itinerante daqueles profissionais.

Com a cooperação do SENAC, que dá as aulas, e da AUCESP, que mimeografa e distribui os textos, os profissionais viajantes atualizam os seus conhecimentos de direito, ética profissional, técnica de vendas, economia, formação social, aritmética e português, gratuitamente.

CUSTARÁ 320 MIL CRUZEIROS

O interesse despertado pela iniciativa, entre os profissionais viajantes, pode ser avaliado por estes dados: o curso de vendedores-viajantes por correspondência exigirá sejam expedidas 50.000 aulas; serão consumidas folhas de papel mimeografadas em número de 2 milhões. A previsão das despesas com essa material é de 210 mil cruzeiros; deverão ser consumidos 50 mil cruzeiros em selos postais e cerca de 30 mil cruzeiros com as despesas de pessoal.

Dissídio dos Tecelões

Ansiedade pelo acórdão do T.R.T.
Os industriais contra o aumento dos salários — Relatório ao ministro — A Federação aguarda os acontecimentos

Os trabalhadores da indústria de fiação e tecelagem de São Paulo aguardam com grande interesse a publicação, pelo Tribunal Regional do Trabalho, do acórdão sobre o julgamento do dissídio coletivo da classe, a fim de se orientarem melhor, com base naquela decisão.

ANSIEDADE PELA COMUNICAÇÃO DO TRIBUNAL

No meio das entidades sindicais diretamente interessadas há geral ansiedade pela publicação do Tribunal, aguardando-se a decisão.

REUNIÃO DOS ENFERMEIROS

Quinta-feira, às 20 horas, na sede do Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde de São Paulo, à Rua do Carmo 87, 3.º, reunião dos profissionais da enfermagem, para tratar de assunto ligado à sua sede social.

Reunião dos Enfermeiros

Quinta-feira, às 20 horas, na sede do Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde de São Paulo, à Rua do Carmo 87, 3.º, reunião dos profissionais da enfermagem, para tratar de assunto ligado à sua sede social.

Prorrogado por quinze dias o prazo para emendas ao projeto Mangabeira de reforma da lei sindical
Na Comissão de Leis Complementares — O provável sistema eleitoral

Numerosas comissões sindicais do Estado de São Paulo estiveram na Câmara dos Deputados, fazendo entrega aos membros da Comissão Mista de Leis Complementares das sugestões elaboradas pelo projeto de Lei Sindical do deputado João Mangabeira. O trabalho em apreço constitui um exame do projeto apresentado, com sugestões e emendas que os diretores sindicais julgam imprescindíveis para a vida das entidades que dirigem.

MAIS 15 DIAS DE PRAZO PARA SUGESTÕES

A Comissão de Leis Complementares, após receber as sugestões dos representantes trabalhistas e ter tomado conhecimento de suas reivindicações, resolveu prorrogar por mais 15 dias o prazo para recebimento de sugestões ao projeto João Mangabeira.

O PROVÁVEL SISTEMA ELEITORAL

É o seguinte o sistema eleitoral previsto pelo anteprojeto n.º 4, elaborado pela respectiva comissão da Comissão Mista de Leis Complementares e que será provavelmente o adotado pelo Congresso:

a) eleição da diretoria e do conselho fiscal dos sindicatos será feita no local de trabalho, em hora normal de serviço, fixado pela Câmara Sindical.

b) em casos excepcionais, ou quando, pela natureza da profissão, se verificar a impossibilidade da eleição no local de trabalho, poderá a Câmara determinar que ela se faça em outro lugar.

c) o marítimo e o ferroviário, em viagem, votará a bordo ou no trem, pelo modo que as instruções eleitorais determinarem.

d) o aeroviário e o rodoviário votará no lugar e pelo modo que as instruções eleitorais determinarem.

e) o empregado que tomar parte na eleição receberá integralmente o seu salário ou ordenado, caso se estivesse em serviço.

Nas eleições sindicais poderão votar todos os que pagam a contribuição sindical, imposta por esta lei.

Não poderão ser votados:

a) os menores de 21 anos e os apenados;

b) os licenciados, salvo se em delegação do sindicato ou incorporação às forças armadas;

c) os que exerceram emprego remunerado em qualquer entidade sindical;

d) os que tiverem lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;

Assembleia dos trabalhadores da borracha

Hoje, na sede do Minas Gerais, na praça da Condição, assembleia dos trabalhadores da indústria de artefatos de borracha, para início de uma campanha de sindicalização no setor da classe e luta por melhores salários.

Será oferecida uma choppada aos associados, comemorando o início da campanha.

Devem comparecer ao Departamento do Trabalho

Estão sendo chamados a comparecer ao Departamento Estadual do Trabalho, 1.ª Subprocuradoria do Trabalho, os seguintes reclamantes: Auto Isabel de Oliveira, Julia Angela da Silva, Luis Monteiro Alves, Francisco C. Mantovani, José Oliveira Campos e Lindolfo Candido.

Comemora hoje mais um aniversário de fundação do Asilo Anjo Gabriel
34 anos dedicados aos menores desamparados — Festividade organizada pela instituição

Comemora hoje, o seu 34.º aniversário o Asilo Anjo Gabriel, fundado com o fim de abrigar os menores desamparados, pelo casal Joaquim Clemente e de Carolina Assunção. O festival, que terá duração de 14 horas de hoje, um festival, que terá lugar no salão nobre da sociedade, situada à rua Conselheiro Moreira de Barros, 497, Alto de Santana.

O festival, que terá duração de 14 horas de hoje, um festival, que terá lugar no salão nobre da sociedade, situada à rua Conselheiro Moreira de Barros, 497, Alto de Santana.

Autômovel Club do Estado de São Paulo
comunica a mudança de sua sede para a RUA MARTIM FRANCISCO, 53 (travessa da rua das Palmeiras) e pede anotar os novos números de seus telefones, que são: 52-5713 e 52-5714

Com a nova, ampla e confortável sede os serviços de assistência do ACESS irão melhorar 100%.

Seu Automobilista: Para bem o serviço ACESS lhe oferece os serviços dos Departamentos de Socorro Mecânico, Jurídico, de Seguros e Acidente, de Informações, de Turismo, de Despachos, de Mensageiros, do Interior e de Garagens, Oficinas e Postos de Serviço.

POSTOS DE ASSISTÊNCIA EM:

SÃO PAULO: Rua Martin Francisco, 53 — Fones: 52-5713 e 52-5714.

SANTO: Rua Senador Feijó, 215 — 28252.

SANTO ANDRÉ: Rua C. 1518 — Fone: São Caetano 409.

BREVEMENTE EM CAMPINAS: Rua Visconde do Rio Branco, 600 — Fone: 3567

Autômovel Club do Estado de São Paulo
— o mais completo serviço de assistência mecânica do Brasil —

(Recorra e guarde)

Veintudo no Congresso das Municipalidades a criação de um sanatório para tuberculosos

Projeto de autoria do sr. Mauricio de Figueiredo, da bancada do P.S.P., da Câmara Municipal de Campos do Jordão — O novo estabelecimento hospitalar será mantido por todas as Municipalidades paulistas — Fala ao JORNAL DE NOTÍCIAS o autor do aludido projeto

CAMPINAS, 6 (Da sucursal) — Temas importantes, temas das mais oportunas têm sido os submetidos às várias comissões do Congresso das Municipalidades do Estado, que ora se realiza em nossa cidade. Um dos assuntos que provocou interesse geral, dada a sua oportunidade, foi o ventilado na Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e o Município de Figueiredo, integrante da bancada do P.S.P., na Câmara Municipal de Campos do Jordão. Trata-se de um projeto de sanatório das Municipalidades que, sem dúvida, poderá prestar inestimáveis serviços aos portadores da terrível "peste branca".

FALA O SR. MAURICIO DE FIGUEIREDO

No decorrer de uma reunião daquela Comissão, no auditório da Escola Normal "Carlos Gomes", a nossa reportagem conseguiu do sr. Mauricio de Figueiredo interessantes declarações em torno da matéria.

No Interior do Congresso Municipalista na cidade de Campinas, a Câmara Municipal de Campos do Jordão traz ao conhecimento da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social, um projeto de sanatório para tuberculosos, que, além de ser de grande importância para a saúde pública, representa uma contribuição para a solução do problema da tuberculose em nosso Estado.

Prossiguem então os trabalhos do Congresso das Municipalidades do Estado de São Paulo, no Clube Campineiro, no Clube Semanal de Cultura Artística e no Centro de Ciências, Letras e Artes, realizando-se novas reuniões das comissões do Congresso, para discussão dos pareceres elaborados na tarde e na noite de sábado pelas sub-comissões constituintes em cada órgão do movimento. Mais duas reuniões foram efetuadas ontem, pelas comissões de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

Na reunião da Comissão de Assistência Social e de Previdência Social e de Estudos da Significação, Organização e Função dos Municípios, decorrendo daí os trabalhos de hoje, concluindo, assim, a discussão e votação de pareceres e relatórios.

balhos, sendo solicitado reforço do policiamento, a fim de evitar novos ataques. Um incidente violento ocorreu também no momento da votação da Assistência Social e o Município, sem atingir, contudo, a repercussão alcançada pela cena verificada no Clube Campineiro.

TESES APROVADAS

CAMPINAS, 6 (Da sucursal) — Hoje, pela manhã, no Teatro Municipal, realizou-se sessão plenária do Congresso para discussão das teses de relatoria e pareceres da Comissão de Estudos do Sistema Tributário. Quando as teses foram ventiladas em plenário, sendo todas elas objeto de longas debates, a primeira tese, apresentada pelo representante de Marília, propôs a fusão dos impostos de Indústria e Profissões e da Licença e abolição do Imposto Territorial Rural, com extensão do Territorial Urbano ao perímetro rural. O plenário chegou à conclusão de que é de se propor a modificação da Constituição Federal, na parte discriminada da receita, unificando-se os dois tributos num apenas, e atribuindo-se ao município o Territorial Rural, que se englobaria ao que hoje é chamado apenas Territorial Urbano. Na segunda, em que um representante de Campinas, o sr. José de Campos, propôs que se criasse as autoridades requerendo pronta aprovação do "quantum" devido nos municípios. Chegaram os congressistas à conclusão de que é de se acolher a reivindicação, para que o Congresso tome as providências necessárias.

Na terceira, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na quarta, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na quinta, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na sexta, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na sétima, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na oitava, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na nona, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na décima, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na décima primeira, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na décima segunda, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na décima terceira, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na décima quarta, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na décima quinta, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na décima sexta, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na décima sétima, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na décima oitava, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na décima nona, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na vigésima, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na vigésima primeira, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na vigésima segunda, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na vigésima terceira, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Na vigésima quarta, um vereador de Araraquara, pediu a alteração da discriminação da receita e modificação no critério da distribuição dos impostos de 19% do Imposto de Renda. A Comissão concluiu de acordo com o autor, no sentido de que se atribua ao município a autonomia para dividir a cota recebida do governo federal, com o reconhecimento de deputados da Câmara Federal e elementos da Assembleia Legislativa do Estado.

Assuntos árabes O CASO DA PALESTINA

— I —

O problema da Palestina foi um dos casos que mais polêmica provocou, nos tempos modernos, durante 30 anos passados, culminando na atual encarnação internacional que figura, para muitos gente, como um livro aberto.

Dezessenos, com a cadeia de artigos que serão publicados neste matutino, esclarecer a opinião pública brasileira, a respeito desse caso, sob todos os aspectos, históricos, geográficos, raciais e políticos, tanto do ponto de vista dos árabes, como dos judeus.

O caso da Palestina, que está dando "muito pano para manobra", como dizem, há muito tempo, não é um problema novo, mas um problema antigo, que vem sendo resolvido, ao longo da história, desde a época da Bíblia, quando os judeus, para vencer todos os obstáculos, perseguiram os árabes em todas as partes da Europa Central.

Os árabes da Palestina, que sofrem as consequências da expulsão dos judeus, não têm a menor culpa em todos os acontecimentos que se desenrolaram, tanto no país, como fora dele, nos bastidores políticos mundiais, pois tanto os árabes da Palestina, como todos os árabes, de todas as partes do mundo, nunca promoveram perseguições contra os judeus, cabendo ao contrário a eles a tarefa de defender a sua terra, enquanto os judeus, como os judeus, legítimos da terra, enquanto as outras nações os repulsem, não os permitem viver livres deles.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.

Os árabes estão pagando o preço que não poderiam pagar, quando bem caro, com o sangue dos seus filhos e a paz de suas terras e, mais ainda, são acusados de crimes, dentro de sua própria terra, por serem a propagação de uma religião que destruiu os fatos, conforme os interesses, a fim de influenciar a opinião pública mundial.
